

# **A elaboração da Favela Ecológica: Interseções entre Turismo e Meio em Ambiente em Favelas Cariocas**

Camila Maria dos Santos Moraes <sup>1</sup>

Resumo: As favelas do Rio de Janeiro vêm figurando entre os principais atrativos da cidade do Rio de Janeiro desde os anos 2000, e as favelas Babilônia e Vidigal passam a integrar este circuito, entre outras razões, pelos parques e trilhas que são acessadas por estas favelas. Diante disso, este artigo examina duas experiências de reflorestamento que recuperaram áreas no entorno das favelas Vidigal e Babilônia e que vem se configurando como novos atrativos turísticos: o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca no Morro da Babilônia e o Parque Ecológico Sitiê no Morro do Vidigal. Em ambos os casos, trata-se de iniciativas de reflorestamento, onde as favelas são os principais acessos aos parques e seus moradores são os reflorestadores. Para a realização deste estudo alio nesta pesquisa o levantamento documental à história oral e trabalho de campo antropológico nas favelas em tela com foco nos turistas e nos reflorestadores. A partir da pesquisa realizada foi possível notar que há um aparente paradoxo na existência de reflorestamento ou parques ecológicos em favelas da cidade, isto porque, no senso comum as favelas seriam locais sujos, de aglomeração urbana e anti-ecológicos, já que surgem nas encostas originalmente de Mata Atlântica e no entorno de unidades de conservação do meio ambiente. Assim, este artigo analisa o aparente paradoxo que se constitui com um novo tipo de atrativo turístico, agregando valor à favela turística.

Palavras-chave: Turismo. Meio Ambiente. Favela

## **Introdução**

O meio ambiente, em geral é considerado como um conjunto de recursos naturais que estabelece os suportes para o desenvolvimento da vida do homem na Terra, ou seja, água, ar, solo, fauna e flora, costumam ser os principais elementos da questão ambiental. As primeiras preocupações com a qualidade do ambiente foram levantadas pelos países desenvolvidos, marcadas pela ênfase no controle da poluição ou na minimização das consequências negativas do uso abusivo do meio ambiente.

A definição do meio ambiente como questão pública, não restrita ao meio científico emerge em 1972, quando se realizou, em Estocolmo, a Primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento considerado o marco do reconhecimento, por órgãos

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (CPDOC / FGV-RJ). Professora Assistente do Departamento de Turismo e Patrimônio da UNIRIO / RJ. E-mail: [camilaunirio@gmail.com](mailto:camilaunirio@gmail.com)

internacionais, das consequências do crescimento econômico para o meio ambiente e a qualidade de vida dos seres humanos (RANDOLPH; BESSA, 1993 apud GONDIN, 2012, p.117)

Nos últimos 20 anos importantes teóricos apontaram questões acerca do tema ambiente e sociedade, entre eles Beck (1993), Guiddens (2009) e Urry (2010). No centro de suas análises estavam as questões ambientais nas sociedades ricas, aquelas sociedades já superaram as lutas básicas por direitos.

Fátima Portilho, em seu artigo “Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo” identifica que na Eco 92, conferência na ONU realizada no Rio de Janeiro, os debates sobre estilo de vida, práticas de consumo e problemas ambientais passam a ocupar as agendas nacionais e internacionais. Documentos produzidos durante a conferência como a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs, apontam para a responsabilidade dos estilos de vida e consumo na crise ambiental. Esse debate coincide e pode ser explicado a partir de uma tendência de mudança paradigmática do princípio que estrutura e organiza a sociedade, que passa da produção para o consumo (PORTILHO, 2005:02).

Portilho explica que diversos autores mostram que vivíamos na chamada sociedade industrial, sociedade centrada no trabalho; e na sociedade pós-industrial, o consumo assume uma nova centralidade na sociedade, tornando-se fonte de identidade cultural, participação na vida coletiva, além de espaço privilegiado para a análise e compreensão das sociedades contemporâneas. (PORTILHO, 2005:02)

Para John Urry no artigo “Conuming the planet to excess” na fase neoliberal do capitalismo cidades inteiras são transformadas em centros de produção de desperdício e consumo, aumentando a escala do impacto drasticamente, especialmente na economia do desperdício. Para Urry, a sustentabilidade não é compatível com nosso modelo de sociedade, é necessária uma mudança estrutural na sociedade que implique em mudanças de hábitos de consumo.

Diante disso, faz-se necessário analisar a sociedade a partir de uma abordagem orientada pelo consumo e suas implicações no cotidiano da vida em sociedade. “A partir do momento em que o tema ganha relevância, a agenda ambiental internacional passa a ter outras prioridades, ao mesmo tempo em que, vão surgindo novas questões, que se tornam mais visíveis ou ganham nova dimensão” (PORTILHO, 2005:02).

A questão do impacto ambiental do consumo foi definida inicialmente nos limites da noção de “consumo verde”, concentrando-se um pouco mais tarde no chamado “consumo sustentável”. O surgimento da ideia de um consumo verde e, portanto, de um consumidor verde, só foi possível, basicamente, a partir da conjunção de três fatores inter-relacionados: o advento, a partir da década de 1970, do ambientalismo público; a “ambientalização” do setor empresarial, a partir dos anos 1980; e a emergência, a partir da década de 1990, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes.

A partir da combinação desses três fatores, especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar o papel e a co-responsabilidade dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental (...) Atividades simples e cotidianas como “ir às compras” – de bens considerados básicos ou de itens considerados luxuosos – começaram a ser vistas como comportamentos e escolhas que afetam a qualidade do meio ambiente. (PORTILHO,2005: 03)

A ordem capitalista mundial lidera os discursos de sustentabilidade, e hoje convivemos com produtos e mercadorias “verdes”. No Brasil, as unidades de conservação, em muitos casos são criadas e viram objeto de desejo dos turistas, passando também a ser comercializadas em roteiros turísticos ecológicos, enquadrando-se assim, e guardadas as suas especificidades, num tipo de produto “verde”.

Nos últimos anos, assistimos a transformação das favelas também em mercadorias, com foco especial nas favelas cariocas, que configuram hoje entre os principais atrativos da cidade, cujos valores dos passeios superam os de uma ida ao Corcovado ou ao Pão de Açúcar.

O principal objetivo deste trabalho é investigar as interseções entre turismo, lazer e meio ambiente nas favelas, locais que no senso comum são representados como desmatadores e poluidores, ou seja, “anti-ecológicos” por excelência, conforme mostra Simas (2007) que se convertem em exemplo de sustentabilidade ecológica e em atrativo turístico.

Para isso, faço neste trabalho um estudo comparado entre dois casos de reflorestamento no entorno de favelas cariocas que se converteram em atrativos turísticos e espaços de lazer. Para esta pesquisa foram selecionados dois casos: o reflorestamento do Morro Babilônia, localizado no entre o Leme e a Urca e o do Reflorestamento no Morro Dois Irmãos, localizado entre os bairros do Leblon e São Conrado. Ambos os morros estão localizados na Zona Sul do Rio de Janeiro, a beira mar e suas encostas são ocupadas por favelas, o Morro Babilônia abriga as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira e o Morro Dois Irmão abriga a favela do Vidigal.

O trabalho que se segue é resultado da análise da literatura levantada partir de dados disponíveis em documentos oficiais produzidos pelos órgãos do governo, e pelas associações de moradores. Procurou-se produzir uma interpretação a respeito do significado social do reflorestamento no entorno de favelas e apontar as principais tendência de mudanças social.

## **Turismo na Favela**

É importante compreendermos que a elaboração de trilhas com acesso através das favelas, bem como as repercussões desses reflorestamentos nas favelas no contexto do turismo de favela ou da pobreza turística apresentado por Bianca Freire-Medeiros (2009, 2012).

Os agentes envolvidos no turismo nas favelas do Rio de Janeiro concordam que o início dessa prática foi na Eco 92, quando líderes de vários movimentos sociais e Greenpeace organizou uma visita a Rocinha, que se tornou o paradigma do turismo favela carioca. (FREIRE-MEDEIROS, 2009; FRENZEL, 2012).

Nos anos 2000, a Rocinha é reconhecida como uma das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro e do turismo favela começa a aparecer em outras favelas por iniciativas internas e externas.

Este tipo de turismo começa a se espalhar para outras favelas cariocas e no Morro da Providência, a prefeitura propõe a criação de um Museu a Céu Aberto, no âmbito do Programa Favela-Bairro e revitalização da Região Portuária (MENEZES, 2012). No Santa Marta, a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), atrai agências de turismo para este local e estimula iniciativas locais voltadas para o turismo. No Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresenta como trabalho social da fundação do Museu de Favela para a comercialização dessas favelas como um museu de território. Mais recentemente entra para o hall das favelas turísticas o Complexo do Alemão, cuja principal atração é o Teleférico. E Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira também integram o que poderíamos chamar de um circuito turístico de favelas cariocas.

O Vidigal aparece nesta agenda turística das favelas, mais recentemente, com foco em festas realizadas em hotéis e albergues de Vidigal. Após a pacificação são abertos alguns albergues na favela e em 2014, hotel cinco estrelas. A trilha do morro Dois Irmãos e o Parque Ecológico Sitiê, juntam-se a esta gama de atrações do Vidigal, e contribuem para o aumento da frequência de turistas e visitantes a esta favela.

Na Babilônia e Chapéu Mangueira, diferente do Vidigal, há uma centralidade do Parque Municipal Natural da Paisagem Carioca como uma grande atração destas favelas. É importante considerar também que há uma série de outras iniciativas e atrações adjetivadas e ecológicas ou similares, como o buffet Favela Orgânica, que surge a fim de ensinar os moradores a reaproveitar seus alimentos e se transforma em um conhecido buffet, que ainda organiza oficinas na favela, feiras e eventos relacionados com alimentos orgânicos. O Favela Inn Hostel vem realizando alguns ajustes em sua estrutura, de modo a tornar-se “mais sustentável”. E, finalmente, o projeto de habitação popular implantado no local, que como vimos foi rotulado como Morar Carioca Verde.

É importante notar que nas três favelas, o reflorestamento começou por conta dos impactos ambientais, como incêndios, deslizamentos de terra e problemas com os lixões da favela. Estes problemas, em parte, estão sendo superados e em alguma medida apropriados pelos moradores, o que gera ainda um novo fluxo de turistas e visitantes nestas favelas. Mimi Sheller e John Urry (2004) em *Tourism Mobilities: places to play places in play*, discutem como os lugares, especialmente destinos turísticos, são construídos e reconstruídos, ou elaborados e re-elaborados por turistas, residentes, empreendedores, imagens e heranças disponíveis e em circulação na sociedade.

Podemos notar que o Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira estão em constante movimento, sendo elaborados e reformulados, seja pelo Estado, pelo movimento ambientalista, ou por atores interessados no desenvolvimento de projetos de ecoturismo no lugar. Essas favelas passam a ser visitadas também por suas trilhas e projetos ecológicos, que têm atraído a atenção

dos visitantes, em grande parte, com base no paradoxo da ecologia na favela, a contradição se torna o atrativo, ou melhor, a surpresa como relatado pelos turistas, já que, como vimos, historicamente as favelas cariocas são conhecidas como anti-ecológicas.

## **A elaboração da favela anti-ecológica**

Na cidade do Rio de Janeiro, as favelas se constituíram nos morros, espaços onde predominava a Mata Atlântica, e que mais tarde foram definidos como unidades de conservação ambiental, um exemplo deste tipo de área é a Floresta da Tijuca na zona norte da cidade. Assim, as favelas se constituem e crescem como espaços menos urbanizados e em áreas limítrofes à Mata Atlântica.

O meio ambiente, em geral é considerado como um conjunto de recursos naturais que estabelece os suportes para o desenvolvimento da vida do homem na Terra, ou seja, água, ar, solo, fauna e flora, que costumam ser os principais elementos da questão ambiental. As primeiras preocupações com a qualidade do ambiente foram levantadas pelos países desenvolvidos, marcadas pela ênfase no controle da poluição ou na minimização das consequências negativas do uso abusivo do meio ambiente.

Em “A Sociedade de Risco” (1986), Ulrich Beck identifica profundas transformações na sociedade e apresenta a crise ambiental dos países desenvolvidos. Beck defende que houve uma ruptura dentro da modernidade que a afastou da sociedade industrial clássica e fez surgir algo diferente: a sociedade industrial do risco, que estabelece uma nova forma de produção e distribuição de bens e uma nova forma de relações entre os homens associada à desigualdade.

Essa modernidade industrial se desenvolveu profundamente, até o que Anthony Giddens chamou de “modernidade reflexiva”, quando a sociedade percebe as condições criadas por ela mesma. Nesta modernidade reflexiva, as instituições passam a ter um papel menos determinante na sociedade e a individualização passa ser um traço definidor desta sociedade.

Nesta fase de desenvolvimento da sociedade moderna, os riscos sociais, políticos, econômicos e industriais tomam proporções cada vez maiores. E se os problemas da sociedade industrial de risco foram gerados pelo próprio avanço técnico-econômico, o processo de modernização volta-se para si mesmo como tema e problema através da reflexividade.

Como vimos, o processo de industrialização produziu consequências negativas no ambiente e ainda acarretou processos migratórios, de concentração de população e de renda, o que resultou em precárias condições de moradia e saneamento para parcelas significativas da população. (FEEMA, 1982)

No Brasil, em especial no Rio de Janeiro, a formação das favelas é entendida por muitos como provocadora de sérios problemas ambientais decorrentes das carências de serviços, como o saneamento básico, e a super ocupação do espaço nessas áreas. Com base nisso, a Fundação

Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA) identificou a necessidade de realização de um estudo que analisasse a contribuição das favelas para o desmatamento, já que estas são frequentemente consideradas as causadoras do problema, mas que também indicasse as ações do Estado frente ao problema. (FEEMA, 1982)

Nos anos 80, um estudo realizado pela FEEMA, os pesquisadores destacam que algumas favelas exercem atividades desmatadoras, mas percebem que existe o interesse da população local em manter e preservar árvores na favela entre as casas. Isto porque as árvores são importantes na contenção dos barracos e pedras durante os períodos de chuvas e ajudam amenizar o clima no verão, além de servirem de suporte para fiação elétrica. (FEEMA, 1982)

Amaral e Amaral realizaram em 1989 um estudo sobre os impactos ambientais derivados da favelização das encostas. Trata-se de um estudo técnico de geografia física cujos resultados apresentados pelos pesquisadores indicam que a favela é em si um impacto ambiental, pois representam um conjunto de atividade que modificam as propriedades dos materiais naturais da encostas pela ação humana. A habitação nas encostas provocam sobrecarga no solo e desorganizam a drenagem com sua estrutura “caótica”. O lixo é outro problema indicado na pesquisa, pois constitui um material “altamente instável”, “inconsolidado” e “plástico”. Os pesquisadores apontam ainda o problema da retirada da vegetação para construção das casas. (AMARAL E AMARAL, 1989)

Para Feema, a localização das favelas da zona sul como o Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira “dão margem a discussão sobre a estabilidade do terreno”, um fator amplamente explorado nas propostas de remoção (FEEMA, 1980).

Nos anos 2000, a natureza reaparece como valor na formulação de políticas públicas, e em 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro coloca em sua agenda um projeto de construção de muros em torno das favelas, os chamados ecolimites, cujo objetivo seria impedir o crescimento desordenado de 11 favelas cariocas. A contenção se daria através de muros de concreto que poderiam chegar até 3,5 metros de altura, através do Projeto de Lei nº 245/2009 de autoria do vereador Leonel Brizola Neto que instituiu no município regulação para implantação de ecolimites. (CAMARGO, 2012)

A literatura mostra que a proposta de muros no entorno de favelas não é uma novidade deste governo. Segundo Vitória (2009), a proposta de construir muros para limitar as favelas cariocas já havia sido pensada no governo de Rosinha Garotinho (2003-2007), pelo secretário estadual de desenvolvimento urbano e meio ambiente Luis Paulo Conde. (CAMARGO, 2012)

Quando se trata do debate favela e preservação do meio ambiente, surgem algumas questões, como a preocupação com a preservação do meio ambiente face à crescente ocupação de morros e encostas. Algumas destas áreas de preservação ambiental têm gerado conflitos entre os direitos à moradia e ao meio ambiente saudável, mobilizando diferentes atores sociais, entre eles, moradores de baixa renda, movimentos sociais, organizações não governamentais e agentes do Estado (GONDIN, 2012, p.115).

A articulação entre a problemática ambiental e a questão urbana é tênue, na medida em que ainda prevalece uma concepção do meio ambiente como domínio da natureza e a de cidade como produto cultural (GONDIN, 2012, p.116).

Assim, delineia-se um embate entre projetos, discursos, concepções, instituições e práticas diferentes. A modernização ecológica tende a equacionar o meio ambiente na lógica da propriedade privada, apontando para a privatização dos bens comuns como solução para seu uso econômico; o meio ambiente passa a ser visto como "oportunidade de negócios" e a sustentabilidade torna-se uma categoria importante para a competição interterritorial e interurbana; e por fim, para atrair capitais, a "ecologia" e a "sustentabilidade" podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca atrativa. (ACSELRAD, 2010)

Discursos de fundo ecológico como o que respalda a construção de muros ao redor das favelas naturalizam a separação entre indivíduo e ambiente, e classificam a favela como um espaço de problemas ambientais. Deste modo, examinaremos os reflorestamentos que ocorrem no entorno de três favelas cariocas, a saber o Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira.

## **Projetos ecológicos no Vidigal**

A Favela do Vidigal, está localizada no Morro Dois Irmãos, na zona sul do Rio de Janeiro, o acesso à esta favela se dá pela Avenida Niemayer, uma via a beira mar que liga os bairros Leblon e São Conrado. Esta favela é conhecida pelo seu projeto artístico-cultural Nós do Morro, bares, festas e como porta de entrada para a Trilha do Morro Dois Irmãos, uma trilha ecológica que é acessada pela favela e de onde é possível de um lado enxergar os bairros do Leblon e Ipanema e do outro Rocinha e São Conrado.

Nos anos 1980, a favela do Vidigal é caracterizada em relatório da FEEMA como uma favela que no aspecto geral apresenta vegetação de grande porte, com árvores entre os barracos. No relatório, o Vidigal serve de contra-argumento sobre as favelas como causadoras de problemas nas encostas, pois no artigo "A resistência dos Moradores do Vidigal" da Revista Contraponto n. 3 de 1978 foi encontrado um parecer de professor da UFRJ que afirma o seguinte: "o solo residual é ali altamente resistente e o fato da encosta ter sobrevivido até o momento incólume, atesta sua sanidade" (FEEMA, 1980: 12)

A FEEMA reconhece na prática que apesar das construções, a estabilidade das habitações no Vidigal é boa, sem registros de grandes acidentes, principalmente nas áreas contíguas a floresta de preservação permanente. Em contrapartida, no que se refere ao problema da contiguidade da favela com a área de preservação ambiental, merece estudos para determinar a influência da favela no desmatamento. (FEEMA, 1980)

Ainda nos anos 80, a FEEMA elabora um Projeto de Ecodesenvolvimento para o Vidigal, cujo principal objetivo era a realização de pesquisa para solução de problemas ambientais, levando em consideração fatores da realidade local. O projeto pretendia ainda levantar as necessidades da comunidade, suas características físicas e os recursos locais disponíveis. (FEEMA, 1980)

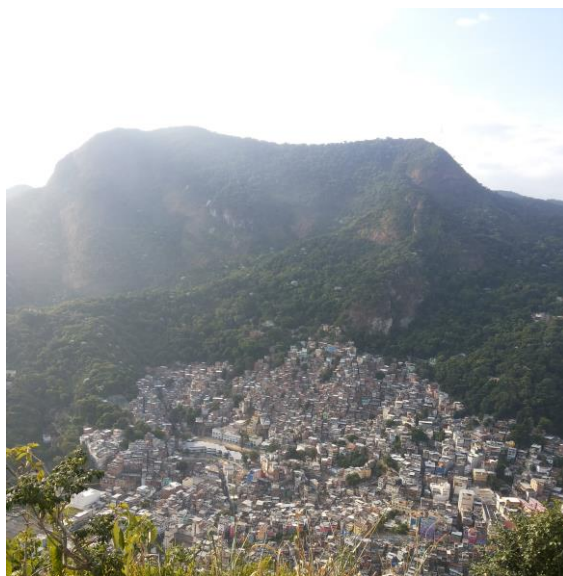
No levantamento dos problemas junto aos moradores as principais questões apresentadas foram abastecimento de água e coleta de lixo, resultando na elaboração de um projeto para a construção de lixeiras e organização de mutirão para obras de abastecimento de água. No caso das casas acima da cota de 150, na parte mais alta do morro, as obras de abastecimento levaram em consideração as nascentes que haviam no local como recursos locais. (FEEMA, 1980)

A expansão da favela com barracos e roças para acima das nascentes, associada a propagação do capim-colonião, agravou o desmatamento da área e um processo de diminuição da vazão das nascentes. Com este problema, foi proposto o reflorestamento da área para recompor a cobertura vegetal. (FEEMA, 1982)

Para iniciar o reflorestamento no Morro Dois Irmãos, entorno imediato da favela do Vidigal, a FEEMA organizou mostras de filmes sobre meio ambiente, além de desenhos animados e palestras sobre ecologia, para então discutir sobre reflorestamento como proposta para a melhorias das condições de abastecimento de água. Para isso, também foram distribuídos folhetos sobre proteção de mananciais. Foram realizadas ainda reuniões para apresentar a espécies vegetais que seriam plantadas no reflorestamento e foi sugerido ainda o plantio de árvores frutíferas e bambu. (FEEMA, 1980)

Este reflorestamento iniciado nos anos 80 se mantém até hoje através da atuação de alguns moradores vinculados a Associação de Moradores do Vidigal. Na área reflorestada há hoje a prática de caminhadas e algumas agências comercializam a chamada Trilha do Morro Dois Irmãos para turistas estrangeiros. Esta trilha hoje é uma das mais frequentadas no Rio de Janeiro, depois das trilhas da Floresta da Tijuca e os pontos alto da trilha são os mirantes para a Rocinha, famosa favela carioca, e para a Zona Sul do Rio de Janeiro.

É importante destacar que a Rocinha é a principal favela turística carioca e a vista considerada única para esta favela é um dos pontos fortes da trilha. Os guias sempre anunciam que encontraremos no meio da trilha um ângulo da Rocinha que só pode ser visto dali.





**Figura 1: Mirante com vista para a Rocinha (Foto da autora)**

Nos anos 2000, surge no Vidigal uma nova iniciativa de reflorestamento, desta vez liderada por moradores que fundam o Parque Ecológico Sitiê em uma área do Vidigal.

Segundo relatos de um dos trabalhadores do Parque, houve nos anos 90 uma remoção em uma área do Morro do Vidigal, o local acabou por se tornar um grande lixão da comunidade, provocando problemas como deslizamentos no local. Diante disso, em 2002, um grupo de moradores do Vidigal que morava no entorno do lixão, começa a retirar o lixo deste local e reflorestar a área.

Segundo informações dos trabalhadores do parque, foram retiradas 10 toneladas de lixo e o grupo que atua no parque, relata que seu trabalho é fazer a “lipoaspiração da terra”, ou seja, extrair da terra o lixo. Parte do lixo, como pneus de carro, aros e pneus de bicicleta, vasos sanitários, sapatos, entre outros objetos, passaram a ser utilizados para contenção da encosta, como vasos de plantas e delimitação das hortas.



**Figura 2: Horta de Clorofila do Sitiê (Foto da autora)**

Hoje, o parque funciona como um tipo de horta comunitária, onde são plantadas, frutas, verduras, legumes, hortaliças etc. As sementes são compradas na Rocinha e em uma loja no centro do Rio pelo grupo que atua no reflorestamento do local. E a única química que há ali segundo os reflorestadores é “a química de deus: a água”, isto porque as hortas são orgânicas, não recebem nenhum tipo de aditivo químico e tudo que é plantado é distribuído para os moradores que “deixaram de jogar lixo ali”.

Assim, o Sitiê vem se tornando um lugar conhecido, em função de diversas matérias realizadas no local, que enfocam as hortas orgânicas, a ornamentação com artes plásticas e práticas de educação ambiental e reciclagem.

Este parque, fora dos padrões de uma favela vem atraindo a atenção de turistas que frequentam o Vidigal. Relatos de turistas que visitam o Parque Ecológico no Vidigal, destacam a surpresa ao encontrar no meio da favela relações face a face, similares as do campo ou da roça, já que trata-se uma grande horta e de distribuição de frutas, verduras e hortaliças para moradores do entorno e visitantes. Um dos trabalhadores do Parque diz “não pode vir no Sitiê e não levar nada verde”.

Além disso, os turistas destacam o silêncio no Sitiê, que não é comum em uma favela, dizem lá só ouvem o canto dos pássaros, da água regando as plantas e dos homens trabalhando na terra.

Em 2012, a favela do Vidigal recebe uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) intensificado a visitação a trilha do Morro dois Irmãos e ao Parque Ecológico Sitiê. No início do ano de 2014, a Associação de Moradores do Vidigal inicia um projeto de sinalização da trilha em função do aumento da frequência de visitantes.

## **Projetos ecológicos na Babilônia e Chapéu Mangueira**

O Morro Babilônia localiza-se entre os bairros de Botafogo, Urca e Leme, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A partir do bairro do Leme é possível chegar às duas favelas, Chapéu Mangueira e Babilônia, subindo a Ladeira Ary Barroso. Hoje estas favelas são conhecidas como uma das portas de entrada para o recém-criado Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca criado pela prefeitura em 2013, que se estende da Ilha de Cotunduba, localizada entre a Praia Vermelha e a Praia do Leme, até o Parque da Chacrinha em Copacabana.

O processo que culmina com a criação do Parque começa nos anos 80, segundo os moradores, as favelas se expandiram no morro e no final da década de 80, os incêndios provocados pela extensa cobertura de capim colônio no alto do morro tornaram-se um risco. Os incêndios, além de serem perigosos para os moradores das favelas, prejudicavam ainda o shopping Rio Sul e

os moradores das ruas Lauro Muller e Ramon Castilha, representados pela Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (Alma), em Botafogo.

Diante deste cenário, todos esses atores se uniram e segundo informações do site da Cooperativa de Reflorestadores da Babilônia (CoopBabilônia),<sup>2</sup> em 1989, teve início no Morro Babilônia a chamada “Luta pelo Reflorestamento”, quando o Governo do Estado destinou verba para iniciar o reflorestamento dos morros da região, mas não deu continuidade ao trabalho. Em 1989, a associação de moradores Alma, e as associações de moradores da Babilônia e do Chapéu Mangueira se uniram ao shopping Rio Sul e à entidades ambientalistas, para formar a frente Pró-Cidadania Ambiental.

O Rio Sul torna-se parceiro do Conselho Gestor da APA, patrocinando todo o reflorestamento dessa Área de Proteção Ambiental e contratou a Cooperativa, assim todos os recursos não vinham mais do poder público, garantindo a continuidade do processo de reflorestamento.

No ano de 1994 é criada a Área de Proteção Ambiental dos Morros Babilônia e São João e em 1995, uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro com apoio do Rio Sul e da Alma, deu origem à criação da CoopBabilônia, uma cooperativa de reflorestamento que até hoje emprega os moradores da favela no reflorestamento da APA.

O decreto 9779 de 12 de Novembro de 1990 instituiu as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e o conjunto natural constituído pelo Morro do Leme, ou Pedra do Leme, Morro do Urubu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha da Cotunduba, situados nos bairros de Urca e Leme. O decreto 14008 de 5 de julho de 1995 regulamentou essa APA do Morro do Leme, Urubu e Ilha da Cotunduba.

No ano de 1996, através do decreto 14874, foi criada a APA dos morros da Babilônia e São João, considerando o Tombamento do Morro da Babilônia pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1973.

Uma APA é um tipo dentre oito possibilidades de unidade de conservação previstas no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Lei complementar 16/1992) e estas áreas são definidas como

Áreas de domínio público ou provado, dotadas de características ecológicas e paisagísticas notáveis, nas quais são limitados ou proibidos o uso e ocupação do solo e atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, visando a melhorias das condições ambientais. (Rio de Janeiro, 1992)

Em 2005, é apresentado relatório de reflorestamento que indica que de 1995 a 2000 Babilônia e Chapéu Mangueira foram selecionadas pela SMAC para receberem o Projeto Mutirão de Reflorestamento e o Programa Educativo em Áreas Protegidas. Neste período foram plantadas 73.125 mudas. A partir de 2001 o projeto de recuperação ambiental das APAs passa a ser realizado

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.coopbabilonia.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

pela CoopBabilônia, tendo como mão-de-obra a própria comunidade. Desde 2001 os projetos de Reflorestamento e Educação Ambiental são financiados pelo Rio Sul com apoio da Alma e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 2006, a Conselho Gestor das APAs solicita a prefeitura a retomada do Projeto Bairrinho na Babilônia para controlar a ocupação do “lado de lá do morro”. Tal decisão foi aprovada em reunião e define como atuação prioritária de retomada do projeto bairrinho, e com isso, realocação das famílias que estavam dentro da APA ou em área de risco de deslizamentos e demolir as casas “dando um exemplo claro de que novas expansões não serão toleradas se for em área de risco ou em área da APA”. A solicitação utiliza como exemplo do projeto Bairrinho concluído na Vila Benjamin Constant “onde os Ecolimites estão sendo respeitados”.

Em 2006, foi realizada a caminhada do Ecolimite com objetivo de checar as delimitações das áreas de construção residencial no entorno das APAs. A caminhada contou com a participação de moradores da ALMA e de reflorestadores da CoopBabilônia.

Segundo “Projeto de Consolidação do uso sustentado das trilhas históricas existentes nas APA dos Morros Babilônia e São João pela população do Rio de Janeiro e turistas” redigido e apresentado em meados dos anos 2000, cedido pela ALMA (sem data), é destaca a importância da melhoria das condições de turismo e lazer, bem como o resgate de parte da história do Brasil. Tendo em vista de na APA são encontrados elementos do patrimônio natural e cultural, como a vegetação de Mata Atlântica, construções ruínas de antigas fortificações do exército do período da II Guerra Mundial que integram o chamado conjunto paisagístico do Pão de Açúcar.

O projeto busca ainda atender os jovens das favelas, que encontram-se em situação de risco social, tendo como meta ser auto-sustentável a partir de determinado período de operação e servindo de projeto piloto para ser replicado em outras áreas da cidade.

Estudos realizados pela pesquisadora Bianca Freire-Medeiros no local apresentam que, com a criação da APA, passaram a ser realizados *tours* pela localidade organizados por agentes internos como uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade, sem permitir a interferência de agentes externos (FREIRE-MEDEIROS, 2006).

Em 2007, as trilhas começam a ser sinalizadas, para implementação e desenvolvimento do que se propõe como *ecoturismo* na região e como a *sustentabilidade da comunidade*, e para apresentar aos visitantes o trabalho realizado no local.

O desenvolvimento do projeto de ecoturismo na APA do Morro Babilônia tem início oficialmente em 2008, em parceria com a Secretaria Especial de Turismo do estado do Rio de Janeiro e com o Ministério do Turismo. O projeto capacitou moradores das comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia para guiarem nas trilhas que estão sendo demarcadas, com definição do tempo de caminhada, grau de dificuldade, assim como estão sendo realizados os levantamentos dos atrativos ecológicos (fauna e flora), os atrativos históricos, sítios arqueológicos, mirantes, confecção de mapas, sinalização das trilhas, capacitação de condutores, recuperação ambiental e produção de material de divulgação.

Em 2009, a Câmara Municipal através de um projeto de lei, aprovou a lei municipal 5019, que reuniu esse conjunto de APA's em uma APARU, Área de Proteção Ambiental Recuperação Urbana, Cotunduba – São João, que se estende da Ilha Cotunduba até o cemitério de São João Batista em Botafogo.

Em 2009, é inaugurada no morro a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Após a instalação da UPP, o Governos do Estado inicia algumas remoções de moradores que invadiram parte da APA, e inicia a construção de moradias “verdes”, com reaproveitamento de água da chuva, luz de led (que é mais econômica), entre outras ações, adjetivando assim, o programa de Morar Carioca Verde, este último com repercussão internacional durante a Rio + 20, atraindo visitantes como o ator americano Harrison Ford e o prefeito de Nova York Michael Bloomberg.

Em 2013, esta APA é incorporada às áreas de preservação ambiental vizinhas, criando o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca (RIO DE JANEIRO, 2013), parque este que será um dos extremos da Trilha Transcarioca, que atravessará a cidade passando por cinco parques, até o parque da Pedra Branca na Zona Oeste.

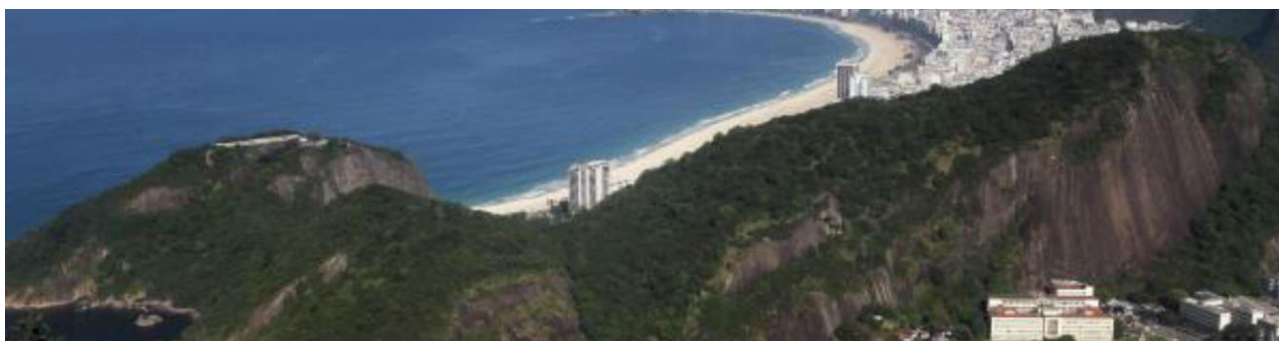


Figura 3: Parque Natural Municipal Paisagem Carioca (Fonte: <http://www.rioguiaoficial.com.br/rio-de-janeiro/parques-e-florestas/parque-natural-municipal-paisagem-carioca>)

## A Favela ecológica

Segundo Costa, Oliveira y Gomes (2010), nos anos 80, no Brasil começaram as atividades turísticas no meio natural, como uma alternativa de promoção de atividades que promovessem o desenvolvimento local, com geração de empregos para a população do entorno. Estas atividades são denominadas como ecoturismo, um segmento relativamente novo de turismo de natureza, caracterizado especialmente, por incluir na experiência do turista no local, práticas como a valorização das culturas locais, a promoção da conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

Para o Ministério do Turismo, “ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a

formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (Marcos Conceituais – MTur<sup>3</sup>)

Silveira y Barreto (2010) definem ecoturismo como uma atividade que propõe o respeito a relação homem-natureza e para alcançar estes objetivos pressupõe uma ação integrada de trocas e práticas sociais, que requerem a participação comunitária

A presença de concepções – como *ecoturismo* e *sustentabilidade* – nas favelas cariocas corresponde ao processo que Lopes (2006) chama de “ambientalização” em seu artigo “Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação”.

Lopes explica que o sufixo comum a esses termos (-zação) indica um “processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais” (LOPES, 2006:34). Nesse sentido, remete a Norbert Elias no livro *O processo civilizador* (1995), que tem como objeto central “encontrar comprovações factuais da existência de mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades”. Segundo ELIAS (1995), as mudanças nos costumes *evoluem* por algumas razões ou *sentidos* que levam a *progressão* e *refinamento*. É nessa linha que Lopes reconhece uma nova etiqueta relacionada ao meio ambiente, e pode-se ver que a esta nova etiqueta “aderiram” os moradores da favela e o Estado, além de outros atores sociais

Ambos os casos do Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira nos mostram casos de práticas de reflorestamento e de ambientalismo bem distintos, que colocam em perspectiva concepções de lazer, turismo, ecologia, meio ambiente e favela.

Em ordem cronológica, o primeiro reflorestamento iniciado no Vidigal nos anos 1980 pelo governo do Estado, com base em estudos da FFEMA apontou as favelas como desmatadoras, ainda que admitisse nos mesmos estudos que o Vidigal não seria a mais desmatadora das favelas. O segundo reflorestamento na Babilônia e Chapéu Mangueira, no final dos anos 80, é liderado pelos moradores da favela e de fora da favela que pressionaram pelo apoio da prefeitura do Rio de Janeiro. E o terceiro reflorestamento no Vidigal nos anos 2000, é iniciado pelos moradores cansados do lixão em suas portas.

Eduardo Viola (1992) no trabalho “O movimento ambientalista do Brasil (1971-1991)” destaca que o debate sobre as questões ambientais sempre foi atravessado por questões sociais e apresenta três tipos de abordagens teóricas para analisar o ambientalismo: o grupo de interesse, o movimento social e o movimento histórico. O enfoque do ambientalismo como movimento histórico, parte da concepção de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido ao crescimento populacional, redução dos recursos naturais, sistemas produtivos altamente poluentes, e sistema de valores de consumo material ilimitado (VIOLA, 1992).

O enfoque do movimento histórico dá relevância às organizações não-governamentais e grupos comunitários ambientalistas, enfatiza estrutura de redes com outros movimentos,

---

<sup>3</sup>[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturacao\\_segmentos/ecoturismo.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/ecoturismo.html)

empresários e agências governamentais. Assume uma posição intermediária no sistema político, estimulando sua redefinição através da incorporação da proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia (VIOLA, 1992).

Nos casos estudados, vimos uma atuação diferente do poder público, organizações não-governamentais e empresários. No Vidigal no início dos anos 80 o governo do Estado foi bem atuante iniciando o reflorestamento. No caso da Babilônia e Chapéu Mangueira é necessária uma grande mobilização de moradores de dentro e fora da favela para a prefeitura financiar o reflorestamento, por um período curto de tempo, quando entra em cena um Shopping para dar continuidade e contratar a cooperativa criada pelos moradores da favela para o trabalho no reflorestamento. Apesar de o município não financiar todo o reflorestamento, faz uma série de regulamentações da área ambiental do Morro da Babilônia. Por fim, no reflorestamento mais recente iniciado pelos moradores do Vidigal há aparentemente pouco envolvimento do governo municipal ou estadual, e sim um grupo de moradores se articulando em um projeto de reflorestamento aliado a uma ideia de horta comunitária.

Henry Acselrad (2010) aponta que na literatura há uma importante mudança no ambientalismo brasileiro nos anos 90, com um movimento de institucionalização, surgem organizações profissionalizadas e com capacidade de captar recursos financeiros. Neste leque de captação de recursos financeiros o turismo tem um importante papel, como podemos observar na comercialização das trilhas hoje, no nicho do Ecoturismo. Para Acselrad este tipo de mudança abre um debate em torno da “redefinição identitária daqueles que se reivindicavam como parte do ‘movimento ambientalista’” (ACSELRAD, 2010, p.105)

Para Acselrad parte dessas entidades passam a atuar diretamente no domínio gestor-administrativo, compondo o chamado “setor ambiental dos governos” e fornecendo serviços, no caso, o reflorestamento. Estas instituições voltam-se para o Estado, eventualmente ocupando espaço nas representações reservadas à “sociedade civil”, como os órgãos consultivos de política ambiental, ou para o mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de “ambientalização” de empresas, como o Rio Sul mantenedor da CoopBabilônia.

Acselrad (2010, p.01) caracteriza a historicidade da questão ambiental na literatura sociológica, e na noção de “ambientalização” de Lopes, e entende que esta “[...] pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”

No caso das favelas em tela, percebemos que conforme Lopes aponta, os reflorestadores e a população da favela, muitas vezes atingida por danos ambientais como os deslizamentos ou os incêndios passam a utilizar-se da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações. (LOPES, 2006, p.02).

No Vidigal, na Babilônia e no Chapéu Mangueira, os moradores sofriam com incêndios, deslizamentos e problemas com lixões na favela. Tais problemas, levaram a uma intervenção do

Estado no sentido de reflorestar estas áreas, classificadas como áreas de risco, o que acaba por despertar uma resposta da população da favela na linguagem de “consciência” ambiental, que passa a entrar no leque de interesses e reivindicações manifestados através de uma linguagem ecológica. E por fim, esta linguagem ecológica agrega valor à favela turística.

## **Considerações Finais**

Neste trabalho procurou-se pensar os efeitos e as mudanças sociais dos reflorestamentos no Morro da Babilônia e no Morro Dois Irmãos onde estão respectivamente as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira e Vidigal. Houve uma preocupação em entender o caráter das políticas públicas nas favelas no que tange a questão ambiental, os conflitos entorno das condições sociais e as estratégias adotadas pelos moradores para permanecer nestas áreas e dar uma resposta ao estigma de favela anti-ecológica.

No que se refere ao reordenamento das relações sociais nestas favelas, cabe ressaltar um novo fluxo de turistas e visitantes interessados em conhecer estes projetos, de reflorestamento, além da mudança de estrangeiros para a favela para atuação direta nestes projetos ou em outros projetos sociais.

O processo de ambientalização da favela não é exclusividade das favelas apresentadas neste trabalho. A preocupação com o meio ambiente, que se apresenta como algo global, aparece hoje em várias favelas cariocas. No complexo do Alemão há hoje hortas comunitárias em pontos da favela, assim como a proposta de reflorestamento de e estruturação de trilhas na Serra da Misericórdia dentro do complexo. No Pavão, Pavaozinho e Cantagalo, também está em andamento um projeto aliado ao PAC de estruturação de trilhas na parte do alto do morro.

Como vimos a favela turística começa a se diversificar, outros produtos, como meio ambiente passam a agregar valor a este segmento turístico. É claro que a relação favela e cidade não deixou de ser conflituosa em função destes projetos. Ainda é presente o discurso de favela como área de risco e de degradação ambiental na cidade moderna. Cidade esta que se constitui como diversa e adversa, com muitos problemas resultantes de um crescimento não planejado. Dentre as consequências do crescimento não planejado da cidade do Rio de Janeiro, podemos observar que os desmatamentos nos Morros de Mata Atlântica são um resultado disso, bem como as favelas também o são. No entanto, as favelas que surgiram como um grande problema na cidade do Rio de Janeiro, passam a receber um tratamento diferente pelo Estado tendo em vista a visibilidade internacional destas favelas e frequência de turistas e visitantes a estes locais.

## **Referências bibliográficas**

Achselrad, H. Ambientalização das Lutas – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados* V 24 n68. 2010.



Amaral, C.P., Amaral, F.P. Impactos ambientais derivados do processo de favelização nas encostas do Rio de Janeiro. *Simpósio de geografia física aplicada*, n. 3, Nova Friburgo. 1989.

Beck, U. *Risk Society: towards a new modernity*. London. Sage. 1993

Camargo, J. C. G. Ecolimites ou Sócio-Limites? Da preservação ambiental à segregação sócio-espacial. *Portal do Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro/RJ, 25 jan. 2012.

Costa, C.C, Oliveira, I.S.S. Y Gomes, J.L. Percepción ambiental como estrategia para el ecoturismo en unidades de conservación. *Estudos y Perspectivas em Turismo*. Volumen 19 (2010) pp 1121 – 1135. Disponível em: <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V19/v19n6a14.pdf> Acessado em: 15/06/2103

FEEMA. Fundação estadual de engenharia do meio ambiente. Finep. Relatório de atividades do projeto de ecodesenvolvimento. *Cadernos FEEMA - série relatórios técnicos* 3/80. 1980 6v.

\_\_\_\_\_. Departamento de apoio técnico e científico. Divisão de estudos técnicos, projeto ecodesenvolvimento. *Favelas, desmatamento e reflorestamento no município do Rio de Janeiro*. 1982.

Freire-Medeiros, B. *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

\_\_\_\_\_. *Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Portilho, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. *Cadernos EBAPE*. BR. 2006.

Lopes, J. S. L. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação”. *Horizontes Antropológicos*. [online]. 2006, vol.12, n.25 <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf> Acessado em: 20/05/2012

Sheller, M. Urry, J. *Tourism Mobilities: places to play, places in play*. London and Nww York. Routledge, 2004

Silveira, F.E.G. y Barreto, M. Turismo de transformación ecoturismo en reservas de la biosfera dentro del marco de la economía de la experiencia. *Estudos y Perspectivas em Turismo*. Volumen

19 (2010) pp 315 – 329. Disponível em:

<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V19/v19n2a9.pdf> Acessado em: 15/06/2013

Simas, E.N.B. *Tem meio ambiente na favela? Ambientalismo na Serra da Misericórdia*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

Vitória, I. *O Estado e os Muros: um estudo sobre as políticas destinadas às favelas cariocas através da mídia impressa*. Rio de Janeiro, UERJ, Monografia defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Curso de Especialização em Sociologia Urbana, 2009.